

**UFV BRASILÂNDIA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUÍDA S.A.**

CNPJ nº 35.654.760/0001-05

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e período de 29/11 a 31/12/2019 (Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações dos Resultados			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019							
<b>Ativo/Circulante</b>		910	10	<b>Receita operacional líquida</b>		678	-	Integralização do Capital Social em 29/11/2019	1	-	-	-	-	1
Contas a receber	4	678	-	Receita com alugueis		678	-	Aumento de capital (Nota 9a)	98	-	-	-	-	99
Partes relacionadas	8	56	-	(-) Impostos incidentes sobre a receita		(25)	-	Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-	99
Adiantamento a fornecedores	5	175	10	<b>Custo do arrendamento</b>		(173)	-	Aumento de Capital (Nota 9a)	21.416	-	-	-	-	21.416
Outras contas a receber	1	-	-	Depreciação		(173)	-	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 9b)	-	4.176	-	-	-	4.176
<b>Não circulante</b>		27.070	89	<b>Lucro bruto</b>		480	-	Lucro do Exercício	-	-	-	-	86	86
Imobilizado	6	27.070	89	Receitas (Despesas) operacionais:		-	-	Reserva Legal (Nota 9c)	-	-	4	-	(4)	-
<b>Total do Ativo</b>		27.980	99	Despesas administrativas		10	(301)	Dividendos (Nota 9d)	-	-	-	-	(21)	(21)
<b>Passivo/Circulante</b>		2.164	99	Despesas financeiras		(27)	-	Reserva de Lucros	-	-	-	61	(61)	-
Fornecedores		65	-	Receitas financeiras		2	-	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>21.515</b>	<b>4.176</b>	<b>4</b>	<b>61</b>	<b>-</b>	<b>25.756</b>
Partes relacionadas	8	1.948	-	<b>Resultado antes do IR e da CS</b>		154	-	<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b>						
Dividendos	9c	21	-	IR pessoa jurídica		11	(48)	<b>2020</b>	<b>2019</b>					
Impostos a recolher	7	130	-	CS sobre o lucro líquido		11	(20)	<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>						
<b>Não circulante</b>		60	-	<b>Lucro do exercício/do período</b>		<b>86</b>	<b>-</b>	Lucro do exercício/Período	86	-	<b>Caixa líquido proveniente das ativ. operacionais</b>			
Partes relacionadas	8	60	-					Depreciação	(173)	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>		25.756	99					(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante:	(678)	-	<b>Caixa líquido utilizado nas ativ. de investimentos</b>			
Capital social		21.515	99					Contas a receber	(165)	(10)	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.176	-					Adiantamento a Fornecedores	(1)	-	<b>Integralização de capital</b>			
Reservas		65	-					Outras Contas a receber	(64)	-	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 9b)</b>			
<b>Total do passivo</b>		27.980	99					Aumento (diminuição) no passivo circ. e não circulante:	1.953	-	<b>Aumento de capital (Nota 9a)</b>			
								Fornecedores	(130)	-	<b>Caixa líquido aplicado nas ativ. de financiamentos</b>			
								Partes relacionadas	-	-	<b>Aumento (diminuição) no caixa e equiv. de caixa</b>			
								Impostos a recolher	-	-	<b>Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício/período</b>			
											<b>Caixa e equiv. de caixa no início do exercício/período</b>			
											<b>Aumento (diminuição) no caixa e equiv. de caixa</b>			

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**1. Contexto Operacional:** Através do contrato social datado de 29/11/2019 a sócia Mori Energia Holding S.A. constituiu a Companhia Ufv Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. A Companhia tem a denominação de **UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado e rege-se pelo Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A Companhia tem sede e foro na Cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, Rua Tupinambás, 13 - Sala 212 - Edifício Absoluto, Bairro Melo, Brasil, CEP 39.401-509, podendo criar ou extinguir filiais, em qualquer local do território nacional ou estrangeiro, por deliberação da Assembleia Geral. A Companhia tem por objeto social: (i) instalação, operação, manutenção e aluguel de usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (ii) gerir contratos de aluguel, operação e manutenção de usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (iii) administrar a constituição de consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/2012, conforme alterada; (iv) participar em consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica, que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução ANEEL nº 482/2012, conforme alterada, o qual administre. **Coronavírus (COVID-19):** Em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em 11/03/2020 passou a tratar a doença como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar efeitos nos valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), cancelando eventos internos e viagens, adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, dentre outras iniciativas. Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em suas operações. Diante do atual cenário a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas Demonstrações Contábeis por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas Demonstrações Contábeis e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020. **2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis:** **2.1) Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 22/04/2021. **2.2) Base de mensuração:** As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **2.4) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas Demonstrações Contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas são apresentadas a seguir: **3.1) Contas a receber:** As contas a receber são registradas pelos valores relacionados com os serviços prestados, os quais incluem os respectivos impostos. Para o exercício findo em 31/12/2020 não foi constituída provisão para os créditos de liquidação duvidosa com base na avaliação individual dos clientes. **3.2) Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo seu custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é

calculada de acordo com a vida útil, e será revista prospectivamente, se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação. **3.3) IR e CS:** O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) sobre o lucro líquido foram calculados com base no regime tributário de lucro presumido. **3.4) Receita com alugueis:** A receita advém da locação dos ativos de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de locação é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel e arrendamentos. **Apuração do Resultado:** É observado o regime de competência para registrar as receitas e despesas do exercício. **3.5) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes: **a) alterações em pronunciamentos contábeis em vigor: Norma - Descrição da alteração - Vigência:** 1- IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios. - Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. - 01/01/2020; 2- IFRS 9/CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7/CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39/CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração. - Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais. - 01/01/2020; 3- IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8/CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros. - Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Contábeis. - 01/01/2020; 4- IFRS 16/CPC 06 (R2): Arrendamentos. - Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. - 01/01/2020. **b) Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC: Norma - Descrição da alteração - Vigência:** 1- IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 08, IFRS 7/CPC 40, IFRS 4/CPC 11, e IFRS 16/CPC 06 (R2). - Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais. - 01/01/2021; 2- IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. - Especificação de quais custos uma Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). - 01/01/2021; 3- IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado. Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. - 01/01/2021. As alterações em Pronunciamentos contábeis que entraram em vigor em 01/01/2020 não produziram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **4. Contas a Receber:**

Duplicatas a Receber (a)	2020	2019
	678	-
	<b>678</b>	<b>-</b>

**5. Adiantamento a Fornecedores:**

Artech EDC Equipamentos	2020	2019
	-	10
Enersolar - Usina	60	-
Celgrid Tecnologia	34	-
Solat Implantações	32	-
Outros	49	-
	<b>175</b>	<b>10</b>

**6. Imobilizado:**

Equipamentos e Instalações	2020	2018
	27.243	89
Depreciação	(173)	-
	<b>27.070</b>	<b>89</b>

A movimentação do ativo imobilizado está resumida da seguinte forma: 

Saldo em 29/11/2019	-	-
(+) Adições	89	89
Saldo em 31/12/2019	89	89
(+) Adições	27.154	(173)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>27.243</b>	<b>27.070</b>

**7. Impostos a Recolher:**

IRPJ	2020	2019
	48	-
CSLL	20	-
COFINS	20	-
ISS	28	-
INSS	5	-
PIS	4	-
Outros	5	-
	<b>130</b>	<b>-</b>
	<b>130</b>	<b>-</b>

**8. Partes Relacionadas:** **Ativo circulante:**

Consórcio Ufv Brasilândia	2020	2019
	56	-
	<b>56</b>	<b>-</b>

**Passivo Circulante:**

Mori Energia Holding S.A.	2020	2019
	1.051	-
Mori Minas	897	-
	<b>1.948</b>	<b>-</b>

**Passivo não circulante:**

UFV Paracatu Geração	2020	2019
	60	-
	<b>60</b>	<b>-</b>

**9. Patrimônio Líquido:** **a) Capital social, aumento de capital e transferência de participação:** 2019: Conforme ata de assembleia geral extraordinária datada de 31/12/2019 ocorreu aumento de capital no montante total de R\$98 mil. O Capital social em 31/12/2019 da Companhia é de R\$99 mil representado por 99.266 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, através da subscrição e integralização pelos acionistas identificados no boletim de subscrição, na sede da Companhia e integralizados por meio de moeda corrente nacional. **Acionistas:**

Mori Energia Holding S.A.	Quotas/Ações	RS mil	%
	1.000	1	1%
Mori Minas Holding Importadora S.A.	98.266	98	99%
	<b>99.266</b>	<b>99</b>	<b>100%</b>

2020: Conforme ata de assembleia geral extraordinária datada de 13/07/2020 ocorreu aumento de capital no montante total de R\$21.416 mil e estão assim distribuídos: 

Mori Energia Holding S.A.	Quotas/Ações	RS mil	%
	1.194.011	1.194	5%
Mori Minas Holding Importadora S.A.	20.222.187	20.222	95%
	<b>21.416.198</b>	<b>21.416</b>	<b>100%</b>

**b) Adiantamento para futuro aumento de capital:** Refere-se a aportes de capital registrados na rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizados pelo acionista Mori Energia Holding S.A. no valor total de R\$4.176 milhões cuja integralização ao Capital Social da Companhia ocorreu em ato societário datado de 2/02/2021 devidamente registrado em órgão de registro do comércio em 10/02/2021. **c) Reserva legal:** A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$4 mil de Reserva Legal em 2020, correspondentes a 5% do lucro apurado no exercício, após a compensação de prejuízos anteriores. **Acionistas:**

Mori Energia Holding S.A.	Quotas/Ações	RS mil	%
	21.514.464	21.515	100%
	<b>21.514.464</b>	<b>21.515</b>	<b>100%</b>

**10. Despesas Administrativas:**

Gerais	2020	2019
	(81)	-
Serviços prestados	(117)	-
Tributários	(98)	-
Outros	(5)	-
	<b>(301)</b>	<b>-</b>

**11. IR e CS - Lucro Presumido:**

	IRPJ	CSLL
Receita sobre arrendamento e alugueis	(%) 2020	(%) 2020
	678	678
Receitas financeiras	2	2
% - Base de cálculo das receitas de arrendamento e alugueis	32%	217
% - Base de cálculo das receitas financeiras	100%	2
<b>Base de cálculo tributação</b>	<b>219</b>	<b>219</b>
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	(33)
Adicional - IRPJ - 10%	10%	(15)
<b>Total - Demonstração do resultado</b>	<b>(48)</b>	<b>(20)</b>

**12. Passivos Contingentes:** Não existem processos em aberto/pendentes contra a Companhia em 31/12/2020 e 2019. **13. Instrumentos Financeiros:** As características operacionais e a estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é pequeno. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização dos diversos instrumentos financeiros, denominados derivativos, para proteção dos riscos. **14. Cobertura de Seguros (Não Auditado):** A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados adequados, para cobrir danos nos seus ativos, considerando a natureza de sua atividade. **15. Eventos Subsequentes:** Em 2/02/2021 a Mori Energia Holding S.A. integraliza o Adiantamento para Futuro aumento de Capital no valor total de R\$4.114 milhões. **Acionistas:**

Mori Energia Holding S.A.	Quotas/Ações	RS mil	%
	25.628.900	25.629	100%
	<b>25.628.900</b>	<b>25.629</b>	<b>100%</b>

Em 11/02/2021, ocorreu aumento do Capital Social no montante de R\$250 mil, mediante a emissão de 1.000 (uma mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações") totalmente subscritas e integralizadas pela CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A. - CEMIG Sim, passando o valor do Capital Social para R\$25.879 mil. **Acionistas:**

CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A.	Quotas/Ações	RS mil	%
	1.000	250	1%
Mori Energia Holding S.A.	25.628.900	25.629	99%
	<b>25.629.900</b>	<b>25.879</b>	<b>100%</b>

Em 31/03/2021 foi aprovada a transferência de 12.557.651 ações ordinárias de emissão da Companhia, do capital social total e votante de emissão da Companhia, detidas pela acionista Mori Energia Holding S.A. para a CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A., passando a CEMIG Sim a deter 49% do número atual de ações, o que corresponde a 12.558.651 ações. O Capital social da Companhia em 22/04/2021 é de R\$25.879 mil representado por 25.629.900 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, através da subscrição e integralização pelos acionistas identificados no boletim de subscrição, na sede da Companhia e integralizados por meio de moeda corrente nacional. **Acionistas:**

CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A.	Quotas/Ações	RS mil	%
	12.558.651	12.808	49%
Mori Energia Holding S.A.	13.071.249	13.071	51%
	<b>25.629.900</b>	<b>25.879</b>	<b>100%</b>

**16. Contador:** Antonio Carlos Souza dos Santos - CRC 1SP187.469/O-3

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos acionistas e administradores da Ufv Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ufv Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ufv Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão

tenda líquida a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da com-

panhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22/04/2021 **Partnership Auditores Independentes S/S - CRC 2SP023408/O-2** **Julio Luiz Baffini - Contador - CRC 1SP162773/O-2**

**COMUNICADO**

A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de empréstimos financeiros, carta de crédito de consórcio e venda de veículos automotores, pode ser indício de golpe contra o consumidor. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade, o Procon Estadual de Minas Gerais (31) 3335-8552 ou a Delegacia Especializada de Ordem Econômica (31) 3330-1757 e 3330-1798. Delegacia Especializada de Crimes Contra o Consumidor 3275-1887.

**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pimenta/MG**  
 Pregão Eletrônico nº 02/21. PL nº 015/21. Objeto: R.P. para aquisição de materiais hidráulicos para uso do Saae de Pimenta/MG. Entrega das Propostas: até 11/06/2021 às 08hs29min. Sessão: dia 11/06/2021 às 08hs30min. O edital poderá ser extraído no site oficial [www.saaepimenta.com.br](http://www.saaepimenta.com.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) - Informações: (37) 3324-1355. Pimenta/MG, 28/05/2021. Antônio de Pádua Resende - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU/MG**  
 Aviso de Licitação. Proc. nº 58/2021 - TP Nº 02/2021. Objeto: Construção de pátio em Escola Municipal, conforme planilhas entre outros documentos, parte integrante do Edital. Data: 15/06/2021 às 10:00h. Valor Estimado: R\$ 63.337,07. O Edital está disponível